



Anais do V Encontro da Rede de Estudos Agrários

"Fases da agricultura familiar na diversidade do rural brasileiro"

16, 17 e 18 de junho de 2015

Alfenas - MG

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SISTEMA AGRÁRIO FAMILIAR: OS INSTRUMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

70

Maiara Tavares Sodré
Mestranda em Geografia/FURG e bolsista FAPERGS/CAPES –
maiara.sodre@hotmail.com

Giancarla Salamoni
Professora Doutora do Departamento de Geografia/UFPel –
gi.salamoni@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo desta pesquisa consiste em apresentar um panorama das políticas públicas para o sistema agrário familiar do município de Pelotas/RS, avaliando sua efetiva contribuição para o desenvolvimento rural do município. O artigo pauta-se, portanto, pelo uso do conceito de sistemas agrários, compreendido no âmbito do método proposto pela abordagem sistêmica e entendido como uma ferramenta teórica com aplicabilidade para o desenvolvimento rural. Em consonância com a proposta dos sistemas agrários e também do desenvolvimento rural, busca-se conciliar conhecimento científico e empírico. Assim, para que o estudo seja capaz de refletir o conteúdo dos problemas, necessidades e aspirações dos agricultores e gestores públicos, adota-se um viés qualitativo para a investigação, viés este a ser operacionalizado por meio da realização de entrevistas com agricultores e técnicos da Associação Riograndense de Empreendimentos da Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS). Dessa forma, o artigo aborda os pressupostos teórico-metodológicos que balizam a proposta de estudo evidenciada, apontando também os primeiros resultados obtidos no que se refere ao contexto dos sistemas agrários familiares de Pelotas e as suas demandas em termos de políticas públicas. Nesse sentido, salienta-se que a agricultura familiar do município de Pelotas caracteriza-se pela presença de um número bastante expressivo de estabelecimentos agrícolas de caráter familiar. Esses estabelecimentos se caracterizam pela policultura combinada com a pecuária leiteira, esta última voltada para o consumo da família ou para a produção semiespecializada para o mercado, em situações de integração dos produtores com as cooperativas de leite e derivados. Os resultados preliminares do estudo demonstram a necessidade de políticas públicas voltadas para o fortalecimento das funções agrícolas e não agrícolas do espaço rural de Pelotas. Por fim, depreende-se a necessidade da existência de uma estratégia de desenvolvimento rural mais ampla, balizada pelo incentivo à agricultura familiar e também pela formulação de programas dirigidos para o estímulo à multifuncionalidade, promovendo segmentos mais direcionados, como as agroindústrias familiares, que apresentam grande potencial de crescimento econômico, além de já constituírem parte do patrimônio cultural do município.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Sistema Agrário. Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas

Introdução

O presente artigo pauta-se pelo uso do conceito de sistemas agrários, compreendido no âmbito do método proposto pela abordagem sistêmica e entendido como uma ferramenta teórica operacionalizada com vistas ao desenvolvimento rural. Dentro da amplitude dos sistemas agrários do município de Pelotas/RS, elege-se especificamente os sistemas agrários familiares, em razão de compreender-se, tal como aponta Sabourin (2009), tratar-se de um segmento com importância não apenas social e ambiental, mas também econômica. Isso porque a agricultura familiar brasileira apresenta uma produtividade por hectare superior à da agricultura empresarial, ocupando sete vezes mais mão de obra do que a última.

Em razão desse entendimento, o objetivo deste artigo consiste em apresentar um panorama das políticas públicas para o sistema agrário familiar de Pelotas, avaliando sua efetiva contribuição para o desenvolvimento rural do município. Dessa forma, aborda os pressupostos teórico-metodológicos que balizam a proposta de estudo evidenciada, apontando também os primeiros resultados obtidos no que se refere ao contexto dos sistemas agrários familiares de Pelotas e as suas demandas em termos de políticas públicas.

Método e metodologia: os caminhos da pesquisa

Os constituintes do aparato metodológico eleito por um pesquisador (método, metodologia, técnicas e instrumentos metodológicos) ocupam-se de aspectos relativamente singulares dentro de uma pesquisa, ainda assim, é fundamental que haja um encadeamento lógico dentre eles. Esta seção trata especificamente de cada uma das opções feitas na presente pesquisa no que diz respeito a sua metodologia. Seu intuito primordial é a explicitação daquilo que se entende como fundamental para o êxito de uma pesquisa acadêmica: a presença de uma inter-relação entre seus pilares teóricos e metodológicos, de modo que todo conceito utilizado e toda prática empregada se encontrem concatenados, complementando-se e corroborando-se mutuamente. Ou melhor, como se pretende demonstrar, em uma configuração sistêmica.

Os fundamentos da abordagem sistêmica começam a se delinear de forma mais contundente a partir da segunda metade do século XX, com a publicação dos estudos de Ludwig Von Bertalanffy sobre a Teoria dos Sistemas. A perspectiva que viria a ser conhecida como abordagem sistêmica pauta-se em um método que propõe o estudo da totalidade do fenômeno pesquisado e não a sua segmentação

mecânica em partes que sozinhas são insuficientes para compreensão aprofundada do objeto em questão, não fornecendo mais do que quadros pontuais da realidade. Bertalanffy (1975) defende a totalidade do fato estudado como o objeto por excelência da abordagem sistêmica, isto é, a dinâmica de um sistema só pode mostrar-se tangível às estruturas cognitivas humanas se houver uma preocupação com a organização desse sistema, com a forma como suas partes se inter-relacionam entre si, articulando-se para a conformação do todo que compõem.

Implicitamente, a ideia de que o todo é maior do que o somatório de suas partes indica também como ocorre a organização dos sistemas, os quais comportam sempre sistemas de menor amplitude e complexidade e são abrangidos por outros sistemas mais abrangentes e com maior diversidade de conexões entre si, conformando assim uma organização hierárquica. Essa organização, contudo, não apresenta uma estabilidade irreversível, podendo ser alterada de acordo com a dinâmica das relações associativas ocorridas nos sistemas. O processo que leva à formatação dessa ordem hierárquica e a sua configuração são abordados por Naveh (2000), referindo-se aos estudos sobre a paisagem o autor entende que:

In our case, such a revolution was initiated by a major paradigm shift from parts to wholes, and from entirely reductionistic and mechanistic approaches to more holistic and organismic ones. It leads to the turning away from breaking down, analyzing and fragmenting wholes into smaller and smaller particles towards new trends for integration, synthesis, and complementary. It means the need to replace the reliance on exclusively linear and deterministic processes by non-linear, cybernetic and chaotic processes, based on systems thinking of complexity, networks and hierarchic order (NAVEH, 2000, p. 29-30).

A apropriação pelos estudos agrários do conceito de sistema se dá, conforme Miguel (2009), a partir da segunda metade do século XX, no momento de reconfiguração global decorrente do final da Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, a emergência do conceito de sistemas agrários é uma tentativa de representar teoricamente a agricultura como o produto das relações territorialmente entabuladas em um momento histórico específico, considerando as relações estabelecidas no interior desse território, bem como a forma como população se relaciona com o exterior.

Mais recentemente, o conceito foi retomado com maior intensidade a partir da proposição de uma Teoria dos Sistemas Agrários por parte de Mazoyer e Roudart (2010). Para os autores, estudar um sistema agrário implica a investigação integrada da forma como se organizam e operam o ecossistema cultivado e o sistema social

produtivo. O primeiro representando as características do agroecossistema e as diferentes finalidades para as quais é utilizado, o segundo abrangendo os seres humanos, os sistemas de cultivo e criação e os aspectos sociais, técnicos e produtivos da agricultura.

A Teoria dos Sistemas Agrários pode ser empregada com fins exclusivamente acadêmicos ou com intuito de constituir um corpo coeso de conhecimentos capaz de embasar a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural (SILVA NETO; BASSO, 2005). Em ambos os casos, porém especialmente no último, é importante que os grupos sociais que compõem um sistema agrário sejam consultados e convidados a compartilhar seus conhecimentos não apenas durante a pesquisa, mas também no momento de desenvolver os projetos entendidos como mais apropriados para o contexto. Isso porque a proposta dos sistemas agrários e também do desenvolvimento rural – como se verá na sequência – busca conciliar conhecimento científico e empírico. Para que o estudo seja capaz de refletir o conteúdo dos problemas, necessidades e aspirações dos agricultores e gestores públicos entende-se como fundamental que a pesquisa possua um viés qualitativo.

Com base no referencial construído durante a leitura e redação da revisão de literatura aqui brevemente sumarizada foi possível elaborar o instrumento de coleta de dados, o roteiro de entrevistas por pautas (GIL, 1987). Essa modalidade aproxima-se da entrevista semiestruturada, mas caracteriza-se por uma maior flexibilidade. Seu roteiro permite a demarcação de pontos importantes a serem postos para a apreciação do entrevistado e garante que este mantenha observância à temática da entrevista, ao mesmo tempo em que busca limitar a intervenção do pesquisador apenas à garantia do cumprimento desses princípios, prezando pelo protagonismo do entrevistado. Cabe usar as palavras de Gil (1987) para esclarecer a exata proposta dessa técnica:

A entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assinaladas. Quando este se afasta delas, o entrevistador intervém, embora de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo (GIL, 1987, p. 117).

O passo seguinte consiste, então, na realização do trabalho de campo para efetuação das entrevistas dirigidas com informantes qualificados. Sobre o adjetivo

adicionado à palavra informantes, é conveniente explicar que seu uso não implica na associação de seu antônimo (não qualificados) àqueles que não serão entrevistados, mas sim, na compreensão de que os informantes selecionados constituem-se nos sujeitos que melhor podem contribuir com os objetivos da pesquisa, como elucida Venturi (2011):

[...] a 'qualidade da amostragem', ou seja, do interlocutor entrevistado, não se relaciona apenas com uma certa importância ou *status* do entrevistado, já que (novamente) em ciência nada é importante *a priori*; a importância científica de algo advém da sua relação com uma problemática de pesquisa, com uma hipótese. Um cidadão comum, por exemplo, que sofreu uma desapropriação, pode ser mais importante para uma entrevista do que um político importante que a comandou, dependendo do objetivo e do enfoque do estudo (VENTURI, 2011, p. 456, grifo do autor).

Logo, o uso do vocábulo qualificado não tem qualquer intenção de emitir um juízo de valor sobre a pessoa do entrevistado, como, com efeito, seria incabível, mas sim uma explicitação de que, tendo em vista os objetivos da pesquisa, os indivíduos com os quais se pretende realizar as entrevistas constituem-se naqueles que dispõem de maiores possibilidades de colaborar no desenvolvimento da investigação por sua aproximação e conhecimento sobre o tema em estudo.

Os informantes qualificados serão originários de dois grupos, técnicos da EMATER (Associação Riograndense de Empreendimentos da Assistência Técnica e Extensão Rural), que gerenciam a implementação e a operacionalidade das políticas públicas para agricultura familiar e agricultores familiares beneficiados por essas políticas, estes últimos selecionados a partir da indicação intencional do primeiro grupo. Desde que haja consentimento dos entrevistados, as entrevistas serão gravadas, porém, serão seguidas as orientações de Venâncio e Pessoa (2009) sobre não limitar a pesquisa ao uso de gravadores, realizando também anotações durante as entrevistas acerca do comportamento ou das mudanças de inflexão no tom de voz dos entrevistados.

Concluída a coleta de dados, se dará início à análise mais detida das informações, de modo a atender os objetivos definidos para o estudo, buscando debater o sentido que os principais indicadores identificados sugerem, de que forma essas tendências se manifestam na realidade da agricultura familiar do município e como a situação observada foi construída estrutural e conjunturalmente. Nesse processo, os dados empíricos serão entremeados com a fundamentação teórica elaborada, buscando-se a construção de uma tessitura textual que articule o panorama das políticas públicas para a agricultura familiar do município com a

orientação que essas políticas têm tomado no cenário nacional e com as possibilidades de desenvolvimento rural verdadeiramente tangíveis para o sistema agrário familiar de Pelotas.

Desenvolvimento rural: a conversão de um conceito

Existe um ponto de consonância do qual partem as principais propostas de desenvolvimento rural na atualidade. Esse ponto atine à compreensão de que o modelo de desenvolvimento promovido pela modernização decorrente da Revolução Verde¹ resultou em um balanço claramente negativo, tanto do ponto de vista social quanto ambiental. Entende-se, conforme analisado pela EMBRAPA (1998), que esse processo efetivamente conduziu a uma elevação no padrão técnico e na rentabilidade econômica da agricultura brasileira. Mas, para isso, excluiu grande parte dos agricultores familiares, ao tomar a grande propriedade como pré-requisito para a modernização da agricultura.

Ambientalmente, o processo modernizante também se mostrou extremamente negativo, provocando a contaminação de solos, cursos d'água, animais e também da vegetação; e diminuição da fertilidade dos solos e da biodiversidade. Além de gerarem uma grande dependência de insumos químicos, a qual foi justamente uma das responsáveis pelos processos de degradação ambiental acima expostos (SAQUET et al., 2010). De modo geral, o suposto desenvolvimento desencadeado pela Revolução Verde foi, como realça Eduardo (2010), um processo que primou exclusivamente pela acumulação economicista, não só desconsiderando as questões sociais e ambientais como também contribuindo significativamente para o seu agravamento.

A partir dessa base de entendimento comum, as discussões teóricas sobre o desenvolvimento rural brasileiro dividem-se em duas linhas: uma mais dirigida para a valorização da multifuncionalidade, entendendo que se faz presente a necessidade de incentivo a outras funções para o espaço rural além da prática agrícola; e outra voltada para a proposição de uma agricultura de base ecológica, fundamentada

¹ Porto-Gonçalves (2006) alerta para a intencionalidade implícita no termo Revolução Verde ao lembrar que o seu surgimento se dá durante a Guerra Fria, no cenário de bipolarização entre o capitalismo estadunidense e o socialismo soviético. Assim, a expressão Revolução Verde carrega consigo o temor capitalista de uma revolução vermelha, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma resposta à possibilidade desta. Desse modo, destaca o autor, apesar de se constituir em um conjunto de transformações técnicas, a expressão escolhida para representar esse processo modernizante não se apresenta com caráter predominantemente técnico e sim ideológico.

pelos preceitos da agroecologia. É importante enfatizar que apesar de representarem duas perspectivas diversas, essas duas vertentes não se contrapõem diretamente e apresentam outros pontos de concordância além do acima indicado, como a defesa da agricultura familiar como o segmento capaz de colocar em prática a totalidade de suas propostas, as quais dificilmente poderiam ser adotadas por parte de uma agricultura patronal (TUBALDINI, 2007).

Assim, o desenvolvimento rural se apresenta como uma proposição no sentido de integração e não de oposição excludente entre as duas propostas supramencionadas. Isso porque “If a new paradigm of rural development is to emerge, it will be one in which agriculture takes its place along with a host of other actual and potential rural and nonrural activities that are important to the construction of viable rural livelihoods [...]” (ELLIS; BIGGS, 2001, p. 445).

Partindo dessa compreensão, é oportuno que se apresente brevemente essas duas perspectivas. De acordo com Hespanhol (2007b), a multifuncionalidade passou a ser reconhecida como uma possibilidade para o desenvolvimento dos espaços rurais por parte da União Europeia a partir da década de 1980, quando começaram a ser elaborados programas voltados para o desenvolvimento e fortalecimento de outras atividades no rural que não a agricultura. A implementação desses projetos propiciou a compreensão da importância do engajamento dos atores locais, levando à descentralização das ações e elevando consideravelmente o dinamismo dos espaços rurais. O autor destaca que apesar do incentivo à multifuncionalidade ter sido uma iniciativa precipuamente europeia, ela foi bem recepcionada no Brasil, inicialmente no meio acadêmico e, a partir da década de 1990, através de programas oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Nesse contexto, é importante reafirmar que, ao considerar ao considerar também as funções não econômicas da agricultura, a multifuncionalidade posiciona-se muito próxima da perspectiva agroecológica de desenvolvimento rural, de tal modo que:

A multifuncionalidade [...] compreende as questões não-comerciais (*non-trade concerns*), pois é baseada em idéias como a preservação ambiental e de paisagens, bem-estar dos animais, estímulo ao emprego rural, manutenção cultural e desenvolvimento sustentável. Isso implica na visão de um ‘espaço rural’ multifuncional, que merece ser reconhecido como uma tripla função: ‘econômica, ecológica e a função qualificada de sócio-cultural’ (HUDAULT; HERNANDEZ-ZAKINE, 2001 apud WATANABLE; SCHMIDT, 2008, p. 2).

Esse entendimento de multifuncionalidade, entretanto, não é unânime. Marsden e Sonnino (2008) elencam três diferentes perspectivas para a compreensão da multifuncionalidade. A primeira delas limita a multifuncionalidade à pluriatividade, a qual “[...] is interpreted mainly as a survival strategy that helps the least productive farmers to combat increasingly harsh market conditions – or, in other words, as a symptom of poverty and a palliative for it” (MARSDEN; SONNINO, 2008, p. 423). A segunda busca transformar o rural em um espaço de consumo para as populações urbanas, valorizando seus atributos estéticos e propondo legislações voltadas para a proteção ambiental. Nessa vertente, o papel da agricultura no fornecimento de alimentos é minimizado, privilegiando-se o seu valor paisagístico.

A última perspectiva é aquela contida na concepção de Watanabe e Schmidt (2008) e que representa a corrente que defende o desenvolvimento rural por meio da multifuncionalidade. Esta entendida como a combinação do reconhecimento da importância socioambiental da agricultura com a exploração de potencialidades locais presentes nos espaços rurais. Assim, não se estabelece uma relação antagônica entre a prática agrícola e o aproveitamento das demais possibilidades presentes no espaço rural, isto é: “[...] in contrast to the other paradigms, which assume the atomistic nature of farms and the land associated with them, the rural development paradigm suggests the potential symbiotic interconnectedness between farms and the same locale” (MARSDEN; SONNINO, 2008, p. 423).

Destarte, a multifuncionalidade pode significar um caminho para a revalorização dos espaços rurais, a partir da ênfase nos predicados exclusivos do rural, desmistificando a visão redutora preconizada pela lógica econômica que pautou a Revolução Verde, de que o campo seria um receptáculo passivo das tecnologias urbanas que cumpriria com a função única e menor de prover a existência nas cidades. Trata-se de um caminho para preservar modos de vida, estimular o contato direto com a natureza e conservar patrimônios culturais ameaçados pelos processos modernizantes. Ademais, em outro ponto de consenso com a agroecologia, a possibilidade de comercialização dos produtos artesanais produzidos no rural representa também uma via para a sensibilização da população acerca do conteúdo nutricional dos alimentos que consome, uma das metas da agricultura agroecológica.

A agroecologia pauta-se por métodos e práticas agrícolas que se apresentam como uma contraproposta à Revolução Verde. Trata-se de uma agricultura que adapta os sistemas produtivos às dinâmicas do ecossistema local, buscando o aproveitamento das riquezas naturais, como os solos e a disponibilidade hídrica, de forma sustentável. Dessa forma, a agroecologia está voltada para a produção de alimentos isentos de aditivos químicos e com elevado valor nutricional, para a utilização ponderada dos elementos naturais e para a garantia da segurança alimentar de agricultores e consumidores. Ao mesmo tempo, a agroecologia preza também pelo bem-estar dos agricultores, ao evitar sua exposição a insumos químicos potencialmente danosos à saúde humana (SAQUET et al., 2010).

Altieri (2009) explica que o intuito central da agroecologia consiste na sustentação da produtividade agrícola com o menor grau possível de impactos ambientais e com a garantia de rendimentos econômicos equanimemente distribuídos, avalizando, assim, um escopo econômico, social e ambiental à agroecologia e atendendo a uma proposta de desenvolvimento rural multidimensional. Entretanto, lembra o autor supramencionado, não se trata apenas da redução no uso de agroquímicos, a agroecologia demanda também a reconfiguração da estrutura fundiária e produtiva. Isto é, o enfrentamento das implicações sociais e ambientais da produção monocultora em grandes propriedades e também das suas próprias limitações econômicas, uma vez que sua produtividade é nitidamente mais reduzida do que a da policultura praticada em pequenas propriedades.

A propagação da agroecologia demanda, portanto, a formulação de políticas públicas voltadas para a adoção dessa prática em pequenas propriedades de caráter familiar, por meio de linhas de crédito específicas e de assistência técnica pública. Concomitantemente, é necessária a divulgação junto aos consumidores da diferenciação existente entre os produtos agroecológicos e os oriundos da agricultura convencional, não somente no que se refere ao valor seu nutricional, mas também elucidando a existência de diferentes lógicas produtivas sobre as quais os produtos originários de cada matriz se assentam.

Compreende-se, é claro, como adverte Hespanhol, (2007a), que grande parte dos intentos da agricultura agroecológica e mesmo do desenvolvimento rural não são compatíveis com as metas imediatas de acumulação de capitais inerentes ao capitalismo. Montibeller-Filho (2008) vai ainda mais longe e afirma que dentro do

sistema capitalista é absolutamente impossível que o desenvolvimento sustentável venha a se concretizar. Para o autor, as pressões ambientalistas para que os agentes econômicos absorvam os custos ambientais gerados por seus segmentos produtivos têm como consequência inevitável a busca do capital de contrapesar seu balanço financeiro, o que ocorre por meio da intensificação nos níveis de exploração da força de trabalho, levando, por conseguinte, a retrocessos no aspecto social, um dos principais pilares da proposta de desenvolvimento aqui defendida. Desse modo, o ideário de universalizar um desenvolvimento nos termos acima esboçados não passaria de um “mito”.

Essa perspectiva, contudo, não nulifica a importância da construção de projetos de menor escala, voltados para a atenuação dos problemas sociais e ambientais que afetam com diferentes intensidades os grupos humanos, como esclarece o próprio autor referindo-se às propostas de desenvolvimento que partilham das concepções delineadas nessa seção:

A conclusão da impossibilidade de que isto venha a ocorrer em escala global não invalida os esforços que visam a processos de transformação das condições socioeconômicas com uma melhor relação do homem com a natureza. Compreender os limites desses processos não significa imobilização e sim ampliar a consciência do alcance das ações (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 300).

Em conformidade com essa compreensão, entende-se que a constatação de que o sistema econômico vigente impõe restrições ou mesmo rege-se por preceitos contrários à proposta de desenvolvimento aqui apresentada não pode atuar como um mecanismo paralisante a ponto de impedir formulações arrazoadas para a superação dos problemas contemporâneos. O entendimento das limitações do modo de produção deve sim atuar como fator motivador para que alternativas sejam formuladas com o intuito de minimizar ou mesmo neutralizar as externalidades negativas geradas pelo sistema econômico vigente.

Políticas públicas: a ação estatal voltada para o desenvolvimento rural

Como exposto acima, o desenvolvimento rural constitui-se em uma perspectiva de enfrentamento e mitigação dos problemas de natureza diversa presentes nos espaços rurais. Por essa razão, o desenvolvimento rural demanda a adoção de estratégias concretas de intervenção social, capazes de atuar materialmente enquanto fator minorativo das assimetrias que pautam os espaços rurais. Esta seção focaliza o momento seguinte, aquele em que são definidos os

instrumentos através dos quais essa materialidade pode ser atingida, isto é, as políticas públicas. É escusado dizer que, assim como o desenvolvimento rural não nasce enquanto uma proposta já pronta e irretocável, as políticas públicas para o espaço rural brasileiro também já foram marcadas por racionalidades essencialmente produtivistas, por vezes atuando, inclusive, em prejuízo da equidade social. As políticas públicas são instrumentos eleitos e implantados a partir de uma determinada compreensão de desenvolvimento, apresentado, portanto, os mesmos equívocos e dubiedades que caracterizam essa compreensão.

A formulação de políticas públicas para a agricultura familiar dotadas de escopo efetivamente destacável ocorre no Brasil apenas na década de 1990, como um resultado de mobilizações sindicais de trabalhadores rurais e da convergência da produção intelectual brasileira sobre a validade do uso e a necessidade de difusão do conceito de agricultura familiar (NEVES, 2007). Toda essa ampla articulação nacional é reconhecida pelo poder público a partir da instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. O PRONAF passa a operar efetivamente todos os seus mecanismos e na integralidade do país a partir de 1997, tendo como intento:

[...] o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Quatro objetivos específicos complementam os propósitos do programa: a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares; b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e de gestão social; d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2009, p. 24).

A análise desses objetivos torna evidente o que reforça Grisa (2012) sobre o fato do PRONAF não se constituir em um programa de assistência social voltado para grupos ou segmentos excluídos da dinâmica de mercado. De modo inverso, a proposta do PRONAF é a de proporcionar condições financeiras e estruturais para que agricultores já integrados possam se fortalecer e ampliar sua capacidade produtiva. Podem acessar o programa agricultores familiares proprietários da terra ou a explorando na qualidade de arrendatários, parceiros, assentados ou posseiros que utilizem a mão de obra familiar e empreguem permanente até dois trabalhadores rurais, explorem áreas com até quatro módulos fiscais, obtenham

renda bruta familiar, cuja proporcionalidade advinda da agricultura atinja minimamente 80% do montante total e que residam na propriedade ou nos seus arrabaldes (GAZOLLA, 2004).

O PRONAF completará em 2016 vinte anos de execução, nesse período o programa passou a abrigar uma grande diversidade de linhas específicas e sofreu um número ainda maior de transformações e adaptações. Para o biênio 2014-2015, o programa liberará, entre todas as suas linhas, 24,1 bilhões de reais, 14,7% mais do que o disponibilizado nos dois anos anteriores, além de aumentar os tetos para contratação de crédito, ampliar o número operações de crédito liberadas durante o ano e reduzir as taxas de juros para o PRONAF Agroecologia (BRASIL, 2014).

Como é possível perceber, por meio dos números, o PRONAF representa hoje um programa de grande envergadura, o qual buscou, por meio de suas sucessivas transformações, aparar suas arestas, como lembram Schneider, Mattei e Cazella (2009), ampliando e diversificando o número de beneficiados, buscando a distribuição mais equitativa dos recursos pelas regiões do país e entre os diferentes grupos que compõem a agricultura familiar brasileira. Entretanto, como advertem Sacco dos Anjos et al. (2004), o programa possui ainda um caráter fortemente produtivista, contribuindo pouco para a manutenção do autoconsumo e para a garantia da segurança alimentar das famílias.

O entendimento dos referidos autores alicerça-se na compreensão de que, a despeito da existência de linhas do programa voltadas para a agroecologia e para a produção sustentável, a maior parte dos recursos do PRONAF dirige-se ainda para estimular a especialização produtiva e a integração industrial, promovendo o mesmo modelo de desenvolvimento mundialmente estandardizado pela Revolução Verde e regidamente aplicado durante a modernização da agricultura brasileira.

Os anos 2000, em consonância com as importantes transformações verificadas nas políticas públicas para agricultura familiar na década de 1990 – e guardadas as ressalvas necessárias –, também são marcados pelo surgimento de políticas públicas de grande relevância, destaca-se aqui o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e as mudanças no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

O PAA foi instituído em 2003 com o intuito de assegurar o provimento em quantidade, qualidade e constância adequadas para as necessidades de grupos em condição de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando, destarte, a

inclusão social nos espaços rurais dessas populações, além de estimular o fortalecimento da agricultura. (BECKER; SACCO DOS ANJOS, 2010). Operacionalmente, o PAA estrutura-se em diferentes modalidades voltadas principalmente para a compra pública de produtos da agricultura familiar (tanto *in natura* quanto processados) a preços garantidos, contemplando preferencialmente os agricultores menos capitalizados. Os alimentos adquiridos aprovacionam abrigos, hospitais, creches, entidades filantrópicas, restaurantes populares e são doados para populações em situação de insegurança alimentar cadastradas em programas de assistência estatal ou beneficente, podendo ainda ser utilizados para a formação de estoques públicos.

Becker e Sacco dos Anjos (2010), em estudo realizado em municípios do sul do Rio Grande do Sul, identificam que ao comprar produtos da agroindústria familiar, o PAA incentiva a manutenção da transformação dos alimentos no interior das unidades familiares, contribuindo para a continuidade de tradições que remontam à colonização europeia do estado. Já ao oferecer um incremento de 30% no valor pago pelos produtos orgânicos ou ecológicos em relação aos produzidos no sistema convencional, o PAA incentiva a conversão agroecológica em proporções substanciais, o que pode ser exemplificado diante da verificação pelos autores acima mencionados de que 60% das famílias pesquisadas produziam alimentos orgânicos ou ecológicos.

O PAA também se encontra, frequentemente, associado a outras políticas públicas, como a PNATER, a qual auxilia os beneficiários do programa no planejamento e organização da produção. Os autores ainda apontam outros mecanismos importantes do programa, como o incentivo à articulação e organização dos agricultores, através da determinação de que seus fornecedores tenham vinculação com cooperativas ou associações, e o incremento do autoconsumo e da diversificação produtiva, proporcionado pela exigência do fornecimento de uma produção diversificada por parte das famílias de agricultores.

A experiência positiva do PAA transcendeu os limites do programa, incentivando uma mudança significativa para o fortalecimento da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme Belik e Chaim (2009), o PNAE originou-se em 1954, tendo por objetivo diminuir a insuficiência nutricional de estudantes de baixa renda. Precipuaente o programa apresentava caráter pontual, porém, ao longo dos anos, foi expandindo a amplitude de sua ação

para todo o território nacional, até se tornar direito asseverado a todos os estudantes com a Constituição de 1988. Mais um passo importante é dado em 1994, com a descentralização do programa mediante o estabelecimento de convênios entre União, estados e municípios para o repasse de verba federal, desde que cumprido o requisito de formação de Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) nos estados e municípios. Como salientam Belik e Chaim (2009), esse processo descortinou uma via importante para a comercialização dos produtos da agricultura familiar:

A administração da alimentação escolar de forma descentralizada permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País. As compras institucionais descentralizadas também abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local nesse mercado institucional. E a criação dos CAE por sua vez possibilitou aos membros da comunidade escolar uma maior proximidade em relação à gestão do PNAE (BELIK; CHAIM, 2009, p. 597).

Contudo, o fator definitivo para o estreitamento das relações entre PNAE e agricultura familiar veio em 2009, com a medida provisória que estabelece a imposição legal de que pelo menos 30% dos recursos expedidos pelo governo federal, através do Fundo Nacional de Educação, seja despendido pelos municípios na aquisição de alimentos advindos da agricultura familiar. Ademais, escusam-se os alimentos da agricultura familiar da obrigatoriedade de passarem por processo licitatório, eliminando a burocracia desses procedimentos que limitavam o acesso dos agricultores familiares ao programa (TRICHES, 2010). Em pesquisa realizada nos municípios gaúchos de Dois Irmãos e Rolador, Triches (2010) identificou uma melhora na qualidade da alimentação escolar a partir da vigência dessa normativa, o que fez com que alimentação dos alunos se tornasse mais saudável, pois tipos de alimentos antes preteridos passaram a ser consumidos diariamente pelos alunos.

De modo geral, é possível afirmar que, apesar de apresentarem problemas, os programas aqui abordados (PRONAF, PAA, PNAE) são políticas públicas que promoveram avanços importantes nos espaços rurais brasileiros. Verdadeiramente, não foram capazes de resolver em menos de duas décadas problemas estruturais perpetrados ao longo dos séculos, mas foram essenciais para a reprodução social dos seus muitos beneficiários.

O sistema agrário familiar do município de Pelotas

O município (Figura 1) se encontra localizado na região fisiográfica do Rio Grande do Sul denominada Encosta do Sudeste. Em consequência do fato de seus limites se encontrarem sobre uma encosta, formaram-se duas paisagens contrastantes, o nordeste elevado, ondulado e marcado pela presença de mata nativa; e o sudeste baixo, plano e caracterizado por uma vegetação composta de campos.

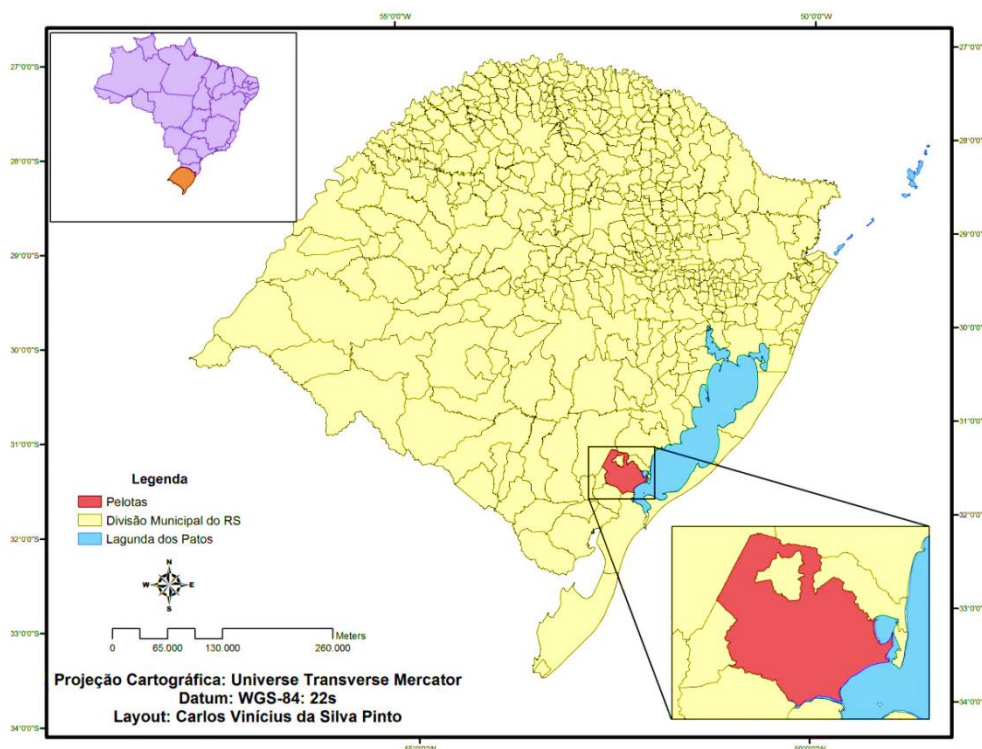


Figura 1: Mapa indicando a localização do Estado do Rio Grande do Sul e do município de Pelotas.
Fonte: Adaptado de IBGE (2010)

Essa dualidade na caracterização física do município acabou originando duas organizações espaciais diferenciadas quanto aos aspectos sociais, étnicos, produtivos e fundiários da agricultura. Na área plana estabeleceram-se os grandes latifundiários, particularmente de origem luso-brasileira, criadores de gado enriquecidos pela indústria do charque, a qual funcionava com mão de obra escrava. A profusão de riquezas gerada pela produção do charque estimulou o desenvolvimento da cidade, consolidando-a como um dos maiores centros econômico e cultural do país até a primeira metade do século XIX. Entretanto, a partir da segunda metade do século XIX a indústria do charque começa a apresentar os primeiros sinais de esgotamento e uma nova alternativa tem de ser gerada para garantir a base econômica do município.

A introdução da agricultura familiar na área acidentada de Pelotas, por meio da imigração europeia não portuguesa, foi a alternativa encontrada para enfrentar a crise do segmento estancieiro-charqueador. Segundo Grandó (1989), esse campesinato compunha-se majoritariamente por imigrantes alemães, pomeranos, italianos e franceses que se mantiveram apartados dos grandes proprietários. Nas explorações familiares em que se encontravam, esses agricultores desenvolveram uma produção diversificada e combinada com a criação de animais de pequeno porte e com pecuária leiteira. O destino dessa produção era tanto o autoconsumo, quanto a comercialização na cidade. A confecção artesanal de utensílios e aparelhos para uso no interior da casa e na produção agrícola também costumava ser realizada por esses agricultores.

Apesar da matriz predominantemente europeia da agricultura familiar pelotense, é importante destacar que o campesinato do município não é homogêneo quanto às suas origens étnicas. Isso porque “A localização das charqueadas nas proximidades da Serra do Sudeste foi um fator facilitador para a constituição de refúgios de escravos e/ou futuro apossamento de terras inicialmente não valorizadas”. (GODOI; MENEZES; MARIN, 2009, p. 260). Assim, esse processo de fuga das charqueadas propiciou a formação de um grupo de camponeses negros no município.

A agricultura familiar – ou agricultura colonial, segundo Grandó (2010) – do município de Pelotas caracteriza-se pela presença de um número bastante expressivo de unidades produtivas com exploração familiar. Esses estabelecimentos se caracterizam pela policultura combinada com a pecuária leiteira, esta última voltada para o consumo da família ou para a produção semiespecializada para o mercado, em situações de integração dos produtores com as cooperativas de leite e derivados.

A agricultura colonial do município produz tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, neste segmento apresentando certo grau de especialização no que concerne à fruticultura, a qual abrange a comercialização das frutas *in natura* ou fornecidas como matérias primas para as indústrias de doces e conservas. A tendência à integração com a indústria, propiciada pela semiespecialização produtiva voltada para a fruticultura, ensejou um processo de dependência econômica, que restringe a autonomia dos agricultores familiares do município.

Porém, não elimina a produção para o autoconsumo ou a autonomia sobre o uso e propriedade da terra por esse segmento social (SALAMONI, 2000).

A partir da análise do sistema agrário familiar de Pelotas foi possível identificar diretrizes capazes de nortear a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, o objetivo específico de cada unidade de produção deve consistir na elevação da produtividade e da qualidade dos produtos gerados, desde que mantendo o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas locais. Evidentemente, os sistemas agrários que se mostrarem mais compatíveis com a proposta anteriormente abordada de desenvolvimento rural devem receber maiores incentivos do poder público, por meio, principalmente, de políticas públicas em longo prazo, capazes de efetivamente reorientar a estrutura organizacional das unidades de produção e a dinâmica dos espaços rurais, e não apenas de prescrever soluções paliativas em curto prazo e agravantes de questões estruturais em longo ou médio prazo.

Em consonância com o destacado em seção precedente, Silva Neto e Basso (2005, p. 294) são enfáticos sobre qual o sistema agrário mais compatível com a proposta do desenvolvimento rural: “[...] pode-se afirmar que os sistemas agrários baseados na agricultura familiar foram mais dinâmicos, social e economicamente, que aqueles baseados na agricultura patronal, especialmente naqueles em que predomina a pecuária extensiva”. Mais do que a superioridade produtiva, social e econômica da agricultura familiar, compreende-se, conforme apontado anteriormente, que o segmento da agricultura de base eminentemente familiar representa também a possibilidade de uma agricultura mais conectada com os princípios agroecológicos, e, por conseguinte, menos dependente de insumos externos. Os autores supramencionados apresentam as seguintes recomendações para a área em que se localiza o município de Pelotas:

[...] na zona do Entorno das Lagoas e da Encosta da Serra, por apresentarem sistemas de produção mais intensivos, as políticas de desenvolvimento devem enfatizar o apoio técnico e financeiro à intensificação dos sistemas de produção, procurando ampliar a participação da olericultura, da fruticultura e da produção avícola e de leite na agricultura regional. Além disso, mais especificamente para as zonas do Entorno das Lagoas e Litoral Sul, deve-se também implementar uma política fundiária de promoção da agricultura familiar pela apropriação das terras adequadas ao cultivos de arroz pelos arrendatários (SILVA NETO; BASSO, 2005, p. 292).

Nesse processo, políticas públicas e incentivos fiscais voltados para a promoção das agroindústrias familiares consistem em uma estratégia fundamental

de promoção do patrimônio cultural historicamente construído pela agricultura familiar do município. Cabe destacar que esses incentivos ao processamento dos produtos da agricultura familiar devem se mostrar balizados por pressupostos de respeito às características dos ecossistemas locais. Segundo o MDA (2006), os principais problemas enfrentados pelas agroindústrias familiares são o acesso ao crédito, os impostos escorchantes e a dificuldade de comercialização dos produtos; problemas que poderiam ser resolvidos por meio de linhas de crédito com juros reduzidos, uma tributação diferenciada para as agroindústrias e a divulgação dos predicados dos produtos locais. Muitas dessas demandas são contempladas por linhas específicas do PRONAF e por mecanismos do PAA e do PNAE, entretanto observa-se ainda a necessidade de expansão desses programas no município no que se refere ao número de beneficiários e ao montante de recursos disponibilizado.

Não obstante, cabe destacar que a promoção das agroindústrias não pode ser a principal estratégia para o desenvolvimento do sistema agrário familiar de Pelotas. O incentivo à reestruturação das agroindústrias deve ser apenas o corolário de uma política social mais ampla de desenvolvimento de todo o segmento familiar do município. Uma vez que, conforme lembram Silva Neto e Basso (2005), a tentativa de impulsionar a multifuncionalidade dos espaços rurais como uma estratégia para promover a agricultura familiar, desconectada de um conjunto coeso de medidas voltadas especificamente para o fortalecimento da produção familiar, consiste em uma política desacertada “[...] pelo fato de negligenciar a importância do potencial de consumo da população agrícola, o qual foi, tem sido e muito provavelmente continuará a ser o principal fator de desenvolvimento econômico do meio rural no Rio Grande do Sul” (SILVA NETO; BASSO, 2005, p. 280).

Conclusão

No que se refere ao direcionamento das políticas públicas para o sistema agrário familiar de Pelotas destaca-se a necessidade de políticas públicas especificamente voltadas para a produção agrícola, em razão do grande potencial de consumo das próprias famílias de agricultores e da importância que essas famílias apresentam para a economia de todo o estado. Entretanto, faz-se necessário a existência de uma estratégia de desenvolvimento rural mais ampla, balizada pelo incentivo à produção agrícola e também pela formulação de programas dirigidos para o estímulo à multifuncionalidade, promovendo segmentos

mais direcionados, como as agroindústrias familiares, que apresentam grande potencial de crescimento econômico, além de já constituírem parte do patrimônio cultural do município.

Para o fortalecimento do sistema agrário familiar de Pelotas é fundamental que se desenvolvam não apenas ações voltadas para o fortalecimento econômico dos agricultores, mas também estratégias dirigidas para a ampliação de seus mercados consumidores, expandindo os programas já direcionados para esse aspecto. É necessário, principalmente, que se elaborem programas voltados para a capacitação dos agricultores familiares, orientando-os acerca da importância de se considerar as características dos ecossistemas locais, buscando preservar a dinâmica dos agroecossistemas e reduzindo o uso de agroquímicos. Esses programas de conscientização dos agricultores permitiriam não só a proteção ambiental como também contribuiriam para restaurar a autonomia plena dos agricultores no gerenciamento de sua propriedade, possibilidade parcialmente comprometida pela ação dos grandes complexos produtores de insumos agrícolas industriais, nos casos de produção integrada com a indústria.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2009.

BECKER, Cláudio; SACCO DOS ANJOS, Flávio. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

BELIK, Walter; CHAIM, Nuria A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, set./out. 2009.

BERTALANFFY, Ludwig V. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015**: Alimentos para o Brasil. Brasília, 2014.

ELLIS, Frank; BIGGS, Stephen. Envolving Themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, Oxford, v. 19, i. 4, p. 437-448, 2001.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Pesquisa e Desenvolvimento**: subsídios para o desenvolvimento da agricultura familiar

brasileira. Brasília: EMBRAPA-SPI; Petrolina: EMBRAPA-CPATSA, 1998. Série Agricultura Familiar, 1.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 287f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
GODOI, Emilia P. de; MENEZES, Marilda A. de; MARIN, Rosa A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias – estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP, 2009. v. 2.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena Agricultura em Crise**: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1989.

HESPANHOL, Antônio N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, Glaucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007a. p. 179-198.

HESPANHOL, Antônio N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Júlio C. (Orgs.). **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b. p. 271-287.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=431440&idtema=1&search=rio-grande-do-sul|pelotas|censo-demografico-2010:-sinopse->>. Acesso em: jul. 2013.

MARSDEN, Terry; SONNINO, Roberta. Rural development and the regional state: Denying multifunctional agriculture in the UK. **Journal of Rural Studies**, Philadelphia, v. 24, i. 3, p. 422-431, oct. 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MIGUEL, Lovois de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

NAVEH, Zev. Introduction to the Theoretical Foundations of Multifunctional Landscapes and their Application in Transdisciplinary Landscape Ecology. In: BRANDT, Jesper; TRESS, Bärbel; TRESS, Gunther. (Eds.). **Multifunctional Landscapes**: Interdisciplinary Approaches to Landscape Research and Management. Roskilde: Centre for Landscape Research, 2000. p. 27-43.

NEVES, Delma P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Júlio C. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-271.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACCO DOS ANJOS, Flávio et al. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-548, jul./set. 2004.

SALAMONI, Giancarla. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável – o exemplo de Santa Silvana – Pelotas – RS**. 2000. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SAQUET, Marcos A. et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí A. dos (Orgs.). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237-254.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E. M. (Orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 21-49.

SILVA NETO, Benedito; BASSO David (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

VENÂNCIO, Marcelo; PESSÔA, Vera L. S. O diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, Julio C. de L.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 317-336.

VENTURI, Luis A. B. Técnicas de interlocução. In: VENTURI, Luis A. B. (Org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Editora Sarandi, 2011. p. 447-468.

TRICHES, Rozane M.; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

TUBALDINI, Maria A. Uma reflexão sobre desenvolvimento rural e agricultura familiar: o estudo de caso da cachaça artesanal em Ouro Preto (MG). In: MARAFON,

Glaucio J.; RUA, João; RIBEIRO, Miguel A. (Orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 299-329.

WATANABLE, Kassia; SCHMIDT, Carla M. A multifuncionalidade da agricultura e suas externalidades positivas para o desenvolvimento local. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. p. 1-13.